

<b>Pregão Eletrônico nº 0004/2026</b> <b>Processo SEI n.º 10034.000781/2026-46</b>			<b>Data de Abertura: 16/06/2026 às 10:00 no site</b> <b><a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a></b>				
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e postagem de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, SOB DEMANDA, em folha formato A4, na cor preto e branco, no total de até 100.400 (cem mil e quatrocentas) unidades, no período de 2 (dois) anos, contendo dados de endereço de remetente e destinatário, com número de até 5 (cinco) mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, e postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos – Emgea.							
<b>Registro de preços?</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>			
Não	Aberto	Não	Sim	Menor Preço			
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>							
<b>Requisitos Básicos:</b> - SICAF ou documentos equivalentes; - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); - Certidão do Portal da Transparência; - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST); e - Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1.			<b>Requisitos Específicos:</b> - Atestado de Capacidade Técnica; e - Demais exigências do item 8 do Edital.				
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>							
Até 2 horas após a convocação realizada pelo(a) pregoeiro(a).							
<b>Pedidos de Esclarecimento</b>			<b>Impugnações</b>				
Até 11/06/2026 para o endereço <a href="mailto:cl@emgea.gov.br">cl@emgea.gov.br</a>			Até 11/06/2026 para o endereço <a href="mailto:cl@emgea.gov.br">cl@emgea.gov.br</a>				
<b>Observações Gerais</b>							
<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota ME/EPP?</b>	<b>Amostra/ Demonstr.?</b>	<b>Decreto 7.174?</b>	<b>Valor Estimado</b>
1	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e postagem de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, SOB DEMANDA, em folha formato A4, na cor preto e branco, no total de até 100.400 (cem mil e quatrocentas) unidades, no período de 2 (dois) anos, contendo dados de endereço de remetente e destinatário, com número de até 5 (cinco) mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, e postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos – Emgea.	Não	Não	Não	Não	Sigiloso (art. 34, Lei 13.303/2016)

**Pregão Eletrônico nº 0004/2026**  
**(Processo SEI n.º 10034.000781/2026-46)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea**, mediante pregoeiro(a), designado (a) pela Portaria SEI nº 94, de 5 de agosto de 2025, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se o rito da modalidade “pregão” previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por força de seu art. 189 c/c o inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303/16, juntamente com a Instruções Normativas SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que disciplina sua forma “Eletrônica”, nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações subsequentes, nº 03, de 26 de abril de 2018, e demais legislações pertinentes, além das exigências estabelecidas neste edital.

Data da sessão: 16/06/2026

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e postagem de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, SOB DEMANDA, em folha formato A4, na cor preto e branco, no total de até 100.400 (cem mil e quatrocentas) unidades, no período de 2 (dois) anos, contendo dados de endereço de remetente e destinatário, com número de até 5 (cinco) mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, e postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos – Emgea, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. A execução dos serviços a serem contratados compreendem a impressão de texto, mala direta/aviso de cobrança 2.500 (dois mil e quinhentos) por trimestre e boletos 3.350 (três mil, trezentos e cinquenta) unidades/mês, por demanda, no período de 2 (dois) anos, no total de até 100.400 (cem mil e quatrocentas) unidades, com número de até 5 (cinco) mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, em folha A4 e impressão na cor preto e branco, bem como a postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos Emgea com impressão e postagem de mala direta e boletos.

2.2. O fornecimento do serviço deverá guardar total aderência ao Manual de Identidade Visual da Emgea, obedecendo aos padrões referentes às cores de fundo, ao uso da logomarca seu tamanho e proporção, e aos tipos de letras, dentre outros.

2.3. A CONTRATANTE encaminhará, por e-mail à CONTRATADA, juntamente com a ordem de serviço, o modelo da Mala Direta, Avisos de Cobrança e dos Boletos, conforme sua necessidade, e adequada ao teor da notificação (informações variáveis).

2.3.1. O desenvolvimento e produção dos “textos” serão disponibilizados por e-mail à empresa vencedora em conjunto com a ordem de serviço, tendo como parâmetro os modelos, anexos II e III, a este Instrumento.

2.3.2. A impressão dos boletos deverá ser concluída no prazo de 7 (sete) dias úteis.

2.3.3. Os códigos de barras constantes dos boletos deverão ser impressos a laser no padrão FEBRABAN.

2.3.4. Os boletos deverão ser auto envelopados com três dobras paralelas, micro-serrilhas nas laterais e colagem.

2.3.5. O processamento/triagem dos documentos deverá obedecer aos padrões e exigências de postagem da ECT, mediante blocagem dos objetos obedecendo ordem crescente de CEP's.

2.4. A CONTRATADA terá o prazo de 2(dois) dias úteis, após o recebimento do modelo e ordem de serviço, para apresentar o modelo finalizado da Mala Direta, Avisos de Cobrança e do Boleto à CONTRATANTE, que terá 1(um) dia útil para aprová-lo e autorizar expressamente, notificando a

CONTRATADA por e-mail.

2.5. Após aprovada e autorizada, a CONTRATADA fará a impressão das correspondências de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, conforme especificações contidas no presente Termo, e terá o prazo máximo de 10 (dias) corridos, a contar da autorização expressa da CONTRATANTE, para que estas sejam postadas nas agências dos correios com ônus pela Emgea.

2.5.1. Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos - Deverão ser adotados para a impressão de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, a seguir especificada, o papel sulfite A4, tinta nas cores preto e branca, envelopado com serrilha e cola, conforme descrição a seguir;

2.5.2. Entrega - As impressões deverão ser postadas nas agências dos Correios com ônus pela Emgea, no horário de funcionamento das 9h às 17h, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, úteis, a contar da aprovação e autorização expressa da CONTRATANTE;

2.5.3. Vício/Correção e substituição - Após conclusão da fase de impressão e postagem, a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência será verificado

2.5.3.1. Provisória: mediante apresentação de comprovante de postagem emitido pelos Correios.

2.5.3.2. Definitiva: no prazo de 30 (trinta) dias contados da postagem, para constatação de evidências que permitam atestar a compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

2.5.4. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA ficará responsável pela entrega dos impressos nas agências dos correios com ônus de postagem pela Emgea.

2.5.5. A CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para verificar a existência de inconformidades no serviço prestado pela CONTRATADA;

2.6. A CONTRATANTE notificará imediatamente a CONTRATADA da existência de inconformidades nos serviços, por e-mail, e esta deverá corrigi-los no prazo máximo de até 4 (quatro) dias úteis, incluindo neste o da entrega nas agências dos correios, com sede na cidade de sítio da CONTRATADA.

2.7. A empresa vencedora deverá informar à Emgea, o modelo de suas impressoras, para fins de padronização da Mala Direta, Avisos de Cobrança e boletos a serem impressos na folha A4, em preto e branco, a saber: margens, parágrafos e dobras.

2.7.1. O objeto contratado deverá ser postado nas agências dos correios, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da aprovação e da autorização expressa da CONTRATANTE, conforme descrito no item 4.5. do Termo de Referência.

2.7.2. Todos os direitos autorais envolvidos na produção de todo o material serão transferidos à Emgea, que deles poderá usar e dispor da forma que entender pertinente.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

3.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

3.2.2. Que não atendam às condições deste edital e seu(s) anexo(s).

3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016, e ou art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021.

3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação e atendam aos requisitos de habilitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.4. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ela atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

3.5.1. Detentor de cargo em comissão que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

3.5.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE;

3.6. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

3.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão neste órgão CONTRATANTE.

3.8. Como condição para participação no pregão, o(a) licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o(a) licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

3.8.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.8.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

3.8.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.8.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o(a) licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

4.1. Os(as) licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, exigido neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá o(a) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 4.4. Até a abertura da sessão pública, os(as) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. Os(as) licitantes deverão enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos.
- 5.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.
- 5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 5.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 5.3.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 5.3.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da fatura e haverá glosa, quando do pagamento.
- 5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o(a) licitante apresentar ao(a) pregoeiro(a) ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na fatura, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.
- 5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os(as) licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário);
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos(as) licitantes pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- 6.2. O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contendo vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o(a) licitante.
- 6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os(as) licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os(as) licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado por tipo de serviço.
- 6.10. Os(as) licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.11. Os(as) licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os(as) licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.19. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação.
- 6.20. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.22. Durante o transcurso da sessão pública, os(as) licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do(a) licitante.
- 6.23. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos(as) licitantes para a recepção dos lances.
- 6.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.25. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste edital e seus anexos.
- 6.26. A licitação será realizada em único **LOTE**.
- 6.27. Caso o(a) licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.28. A ordem de apresentação pelos(as) licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais

(não seguidas de lances).

- 6.29. Havendo empate entre propostas, o critério de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 6.29.1. disputa final, hipótese em que os(as) licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos(as) licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.29.3. desenvolvimento pelo(a) licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.29.4. desenvolvimento pelo(a) licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.29.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.
- 6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta o(a) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 6.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.32. O(A) pregoeiro(a) solicitará o(a) licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
- 6.33. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo(a) licitante, antes de findo o prazo.
- 6.34. Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:
- 7.2.1. Contenha vício insanáveis;
- 7.2.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 7.2.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.2.4. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa;
- 7.2.5. Apresentem desconformidade com outras exigências do edital, desde que insanável.
- 7.3. Quando o(a) licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 7.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do(a) próprio(a) licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Será possível tornar público o orçamento estimado por ocasião da fase de negociação, quando o preço da proposta mais vantajosa se encontrar acima do valor orçado, inclusive para os valores por item.
- 7.5. Restando os valores ofertados acima do valor estimado e diante de impossibilidade de negociação por parte do(a) licitante, esta terá sua proposta desclassificada.
- 7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Quando o(a) licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 7.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.10. O(A) pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) pregoeiro(a).
- 7.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.15. Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste edital.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do(a) licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF.
- 8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 8.1.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.5. O(A) licitante será convocado(a) para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.6. Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o(a) licitante inabilitado(a), por falta de condição de participação.
- 8.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123,

de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos(as) licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.9. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.10. É dever do(a) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.11. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do(a) licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o(a) licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.15. Se o(a) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o(a) licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.17. Os(As) licitante(s) que não estiver(em) cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como à Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.17.1. **Habilitação jurídica:**

8.17.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.17.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.17.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

8.17.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.17.1.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17.2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.17.2.5. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do(a) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede do(a) licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.17.2.7. Caso o(a) licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.17.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do(a) licitante.

8.17.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o(a) licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.17.3.3. A certidão negativa de recuperação judicial e extrajudicial só será exigida nos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

8.17.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.17.3.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.17.3.6. Caso o(a) licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.17.3.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.17.3.8. As empresas, cadastradas no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de R\$ 8.313,12 (oito mil trezentos e treze reais e doze centavos).

**8.17.4. Qualificação Técnica e Operacional**

8.18. Para fins de comprovação da capacidade técnica, o(a) licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste edital, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto desta contratação em território nacional.

8.19. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito aos serviços fornecidos com as seguintes características mínimas:

8.19.1. As empresas licitantes deverão comprovar experiência por meio de apresentação de ao menos (1) um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assegurando que o(a) licitante prestou, de forma efetiva e satisfatória, serviços com características compatíveis às do objeto deste Termo de Referência;

8.19.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

8.19.3. Os atestados deverão comprovar que tenham sido executados contratos como, por demanda, de execução do serviço de no mínimo mil unidades;

8.19.4. Deverá ser apresentada documentação que fundamente o devido registro da Empresa, acompanhado de todas as alterações e consolidações respectivas;

8.19.5. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.6. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

8.19.7. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.8. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.9. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

8.19.10. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.11. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser sucursal, filial ou agência;

8.19.12. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.20. O(A) licitante disponibilizará, caso solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

8.21. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o(s) documento(s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de que a CONTRATADA possa valer-se para manter contato com a (s) Atestante (s) - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

8.22. Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is).

8.23. A CONTRATANTE poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.

**9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. A proposta final do(a) licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo(a) licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Apresentar o valor unitário e total dos serviços a serem prestados, devidamente ajustada ao lance vencedor.

9.2. A proposta de preço deverá contemplar o que consta no Termo de Referência.

9.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do(a) licitante vencedora, para fins de pagamento.

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante vencedora, se for o caso.

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o(a) licitante vencedora.

9.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**10. DOS RECURSOS**

10.1. O(A) pregoeiro(a) declarará a vencedora e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

10.2. A falta de manifestação motivada do(a) licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.3. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4. Os procedimentos citados nos subitens 10.1. e 10.2. serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

10.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o(a) licitante vencedor(a) não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os(as) licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do(a) licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital.
- 13.2. A impugnação poderá ser realizada somente de forma eletrônica, pelo e-mail cl@emgea.gov.br.
- 13.3. Caberá ao(a) pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 13.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cl@emgea.gov.br.
- 13.6. O(A) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 13.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 13.9. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 13.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico da Emgea e no sistema, dentro do prazo estabelecido, e vincularão os participantes e a Administração.

## 14. DO CONTRATO

- 14.1. Após a homologação da licitação, será firmado o Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 14.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 14.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 14.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo(a) licitante durante a vigência do contrato.
- 14.7. O(s) representante(s) legal(is) pela formalização do contrato deverão possuir Certificação Digital que viabilize a assinatura do contrato eletronicamente.
- 14.8. Na hipótese do(a) licitante vencedor(a) não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## 15. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas nos itens 8 e 7 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## 17. DO PAGAMENTO

- 17.1. As condições de pagamento estão previstas no item 6 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. As sanções administrativas estão previstas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## 19. DO REAJUSTE

- 19.1. O reajuste está previsto no item 17 do Termo de Referência, Anexo I deste edital

## 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta de dotação prevista no Programa de Dispêndios Globais – PDG da Emgea, conforme previsão contida na proposta do PDG para 2026, nas contas contábeis e rubricas orçamentárias a seguir:

Classificação Contábil e Orçamentária	
Decreto	Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026.
Rubrica Orçamentária	Não consta no TR
Item Orçamentário	1151 – Despesas com manutenção/ execução e outras – Crédito Imobiliário
Conta Contábil	419.05.16.06 - Despesas com manutenção de créditos – Pessoa Física
Centro de Resultado	03.01.04 – Créditos Imobiliários de Pessoas Físicas

## 21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).
- 21.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. O(A) licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



- 21.5. Incumbirá o(a) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 21.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.9. Os(as) licitante(s) assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do(a) licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.
- 21.13. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br), no mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.14. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.14.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 21.14.2. Anexo II – Minuta do Contrato.

**MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS**  
Diretor de Administração

## **ANEXO I DO EDITAL**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 10034.000781/2026-46

#### **1. OBJETIVO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e postagem de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, POR DEMANDA, em folha A4, na cor preto e branco, no total de até 100.400 cem mil e quatrocentas unidades, no período de 2 (dois) anos, contendo dados de endereço de remetente e destinatário, com número de até 5 mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, e postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

#### **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Emgea, atualmente sociedade por ações, é empresa pública federal, constituída por meio da Medida Provisória nº 2.155, de 2001, alterada posteriormente pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, e pela Lei nº 14.995, de 2024, com capital totalmente internalizado pela União, cuja política pública que deu ensejo à sua criação, nos termos do artigo nº 173, da Constituição da República, foi o fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, de modo a reduzir a necessidade de aporte de capital por parte do Governo, notadamente para a CAIXA.

2.2. Considerando que a Emgea, empresa com estabelecimento único em Brasília, não teria estrutura para administrar e gerir as operações que adquiriria em todo território nacional, foi desde logo autorizada, na própria medida provisória, a contratação da própria CAIXA para gerir seus bens, direitos e obrigações, inclusive para representá-la judicialmente. Esta situação permaneceu até janeiro/2021, quando a Emgea internalizou os contratos, passando a geri-los diretamente.

2.3. Considerando o encerramento do contrato de prestação de serviços com a CAIXA em 31/01/2021, e que esta atividade não era realizada pela EMGEA, houve um aumento do número de créditos migrados para o sistema interno desta empresa, sendo necessária a implantação de rotina de cobrança administrativa mediante remessa de mala direta, avisos de cobrança e boletos das prestações mensais para os mutuários titulares de contratos da EMGEA.

#### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA**

3.1. Para participar do certame, as licitantes deverão comprovar sua regularidade jurídica e fiscal, assim como possuir qualificação técnica mínima para prestação dos serviços objetos deste Termo de Referência.

3.1.1. A **regularidade jurídica** será comprovada mediante apresentação de:

- Deverá ser apresentada documentação que fundamente o devido registro da Empresa, acompanhado de todas as alterações e consolidações respectivas;
- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser sucursal, filial ou agência;



- i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

3.1.2. **A regularidade fiscal** será comprovada mediante apresentação de:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

3.1.3. **A qualificação econômico financeira** deve ser demonstrada por:

- a) Apresentação das certidões negativas de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pela autoridade competente ao feito e válida, com data de expedição de no máximo 90 (noventa) dias;
- b) Apresentação de relatório de Balanço do último exercício, caso a autoridade julgadora reputar pertinente, ou apresentação de Declaração da empresa CONTRATADA demonstrando a boa situação financeira.

3.1.4. **A qualificação técnica e jurídica** deve ser comprovada por:

- a) As empresas licitantes deverão comprovar experiência por meio de apresentação de ao menos (1) um atestado de capacidade técnica, expedindo por pessoa jurídica de direito público ou privado, assegurando que a licitante prestou, de forma efetiva e satisfatória, serviços com características compatíveis às do objeto deste Termo de Referência;
- b) No atestado deverá conter nome, endereço e telefone do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a EMGEA possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante;
- c) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;
- d) Os atestados deverão comprovar que tenham sido executados contratos como, por demanda, de execução do serviço de no mínimo mil unidades;
- e) As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados;
- f) Deverá ser apresentada documentação que fundamente o devido registro da Empresa, acompanhado de todas as alterações e consolidações respectivas;
- g) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- h) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);
- i) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- j) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- k) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- l) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- m) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser sucursal, filial ou agência;
- n) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

**4. DA FORMA E DOS PRAZOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A execução dos serviços a serem contratados compreendem a impressão de texto, mala direta/aviso de cobrança (2.500 dois mil e quinhentos por trimestre) e boletos (3.350 mil unidades mês), por demanda, no período de 2 (dois) anos, no total de até 100.400 mil unidades, com número de até 5 mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, em folha A4 e impressão na cor preto e branco, bem como a postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos EMGEA com impressão e postagem de mala direta e boletos.

4.2. O fornecimento do serviço deverá guardar total aderência ao Manual de Identidade Visual da EMGEA, obedecendo aos padrões referentes às cores de fundo, ao uso da logomarca seu tamanho e proporção, e aos tipos de letras, dentre outros.

4.3. A CONTRATANTE encaminhará, por e-mail à CONTRATADA, juntamente com a ordem de serviço, o modelo da Mala Direta, Avisos de Cobrança e dos Boletos, conforme sua necessidade, e adequada ao teor da notificação (informações variáveis).

4.3.1. O desenvolvimento e produção dos “textos” serão disponibilizados por e-mail à empresa vencedora em conjunto com a ordem de serviço, tendo como parâmetro os modelos, anexos II e III, a este Instrumento.

4.3.2. A impressão dos boletos deverá ser concluída no prazo de 7 (sete) dias úteis.

4.3.3. Os códigos de barras constantes dos boletos deverão ser impressos a laser no padrão FEBRABAN.

4.3.4. Os boletos deverão ser auto envelopados com três dobras paralelas, micro-serrilhas nas laterais e colagem.

4.3.5. O processamento/triagem dos documentos deverá obedecer aos padrões e exigências de postagem da ECT, mediante blocagem dos objetos obedecendo ordem crescente de CEP's.

4.4. A CONTRATADA terá o prazo de 2(dois) dias úteis, após o recebimento do modelo e ordem de serviço, para apresentar o modelo finalizado da Mala Direta, Avisos de Cobrança e do Boleto à CONTRATANTE, que terá 1(um) dia útil para aprová-lo e autorizar expressamente, notificando a CONTRATADA por e-mail.

4.5. Após aprovada e autorizada, a CONTRATADA fará a impressão das correspondências de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos,

conforme especificações contidas no presente Termo, e terá o prazo máximo de 10 (dias) corridos, a contar da autorização expressa da CONTRATANTE, para que estas sejam postadas nas agências dos correios com ônus pela EMGEA.

- a) Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos - Deverão ser adotados para a impressão de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, a seguir especificada, o papel sulfite A4, tinta nas cores preto e branca, envelopado com serrilha e cola, conforme descrição a seguir;
- b) Entrega - As impressões deverão ser postadas nas agências dos Correios com ônus pela EMGEA, no horário de funcionamento das 9h às 17h, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, corridos, a contar da aprovação e autorização expressa da CONTRATANTE;
- c) Vício/Correção e substituição - Após conclusão da fase de impressão e postagem, a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência será verificado

I - Provisória: mediante apresentação de comprovante de postagem emitido pelos Correios.

II - Definitiva: no prazo de 30 (trinta) dias contados da postagem, para constatação de evidências que permitam atestar a compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

d) Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA ficará responsável pela entrega dos impressos nas agências dos correios com ônus de postagem pela EMGEA.

e) A CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para verificar a existência de inconformidades no serviço prestado pela CONTRATADA;

A CONTRATANTE notificará imediatamente a CONTRATADA da existência de inconformidades nos serviços, por e-mail, e esta deverá corrigi-los no prazo máximo de até 4 (quatro) dias úteis, incluindo neste o da entrega nas agências dos correios, com sede na cidade de sitio da CONTRATADA.

4.6. A empresa vencedora deverá informar à Emgea, o modelo de suas impressoras, para fins de padronização da Mala Direta, Avisos de Cobrança e boletos a serem impressos na folha A4, em preto e branco, a saber: margens, parágrafos e dobras.

4.6.1. O objeto contratado deverá ser postado nas agências dos correios, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da aprovação e da autorização expressa da CONTRATANTE, conforme descrito no item 4.5.

4.6.2. Todos os direitos autorais envolvidos na produção de todo o material serão transferidos à Emgea, que deles poderá usar e dispor da forma que entender pertinente.

## 5. QUANTIDADE DE VALORES ESTIMADOS

5.1. As quantidades estimadas não implicam obrigatoriedade de contratação pela Emgea, durante a vigência do Registro de Preços ou Contrato, servindo apenas como referencial para elaboração das propostas do LICITANTES.

5.2. Os quantitativos abaixo foram estimados pela Emgea a partir daqueles realizados no período de 2021 a 2025 e possibilidade futura de novas demandas, e classificados de acordo com os valores operacionais dos contratos das Carteiras:

Tipo	Especificação	Quantidade (UN)	Total (ano/un)
Boletos	Auto envelopados com três dobras paralelas, microserilhas nas laterais e colagem	Até 3.350 mil unidades/mês, por demanda	80.400 mil
Mala Direta, Avisos de Cobrança	Com 2 (duas) dobras, serrilha e cola. No máximo 5 modelos distintos.	Até 2.500 mil unidades/por trimestre	20 mil

5.3. Pela prestação de serviços a Emgea remunerará a CONTRATADA por Ordem de Serviço emitida, de acordo com o valor do serviço expresso na Tabela de Prestação de Serviços – Custos Estimados acima, considerando os valores propostos pela CONTRATADA na sua Proposta Econômica.

## 6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços será realizado considerando as Ordens de Serviço emitidas pela Emgea no período de referência e a realização dos serviços no prazo e modo estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação de serviços.

6.3. O pagamento será efetuado pela EMGEA, até o 8º (oitavo) dia útil da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa da RFB nº 1.540, de 06/01/2015, publicada no Diário Oficial na mesma data.

6.4. Para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS deverá ser observada a legislação vigente do local da prestação dos serviços.

6.5. Para atendimento do Ajuste SINIEF nº 07, de 2007, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a CONTRATADA envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: [gesup@emgea.gov.br](mailto:gesup@emgea.gov.br).

6.6. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/07 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (cláusula décima), por ocasião da assinatura do Contrato deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à EMGEA informando essa condição.

6.7. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

6.8. A fatura emitida com erro será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

6.9. Nenhum pagamento será realizado pela Contratante sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da empresa vencedora.

6.10. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a Contratante deverá advertir, por escrito, a empresa vencedora para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. (Instrução Normativa MP nº 3, de 26/4/2018 e alterações).

6.11. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

6.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na CONTRATANTE e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

6.13. A CONTRATANTE reserva o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

6.14. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05/01/2015,

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **7.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Executar os serviços com zelo e em conformidade com a legislação aplicável, com as normas técnicas;
- b) Executar os serviços em conformidade com o presente Termo de Referência e Contrato, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- c) Manter sigilo das informações durante a execução de seu trabalho, proibida a sua divulgação, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo;
- d) Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação;
- e) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas dos seus empregados e outros que venha a contratar para o cumprimento de suas atribuições;
- f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução dos serviços;
- g) Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar, acompanhar, controlar, avaliar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não atenda às exigências que lhe forem solicitadas por escrito;
- h) Se responsabilizar pela exatidão dos serviços executados, se obrigando a reparar, às suas expensas, dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades que venham comprometer a boa qualidade dos serviços prestados;
- i) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- j) Comunicar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetivação da ocorrência, quaisquer alterações cadastrais da empresa, tais como: endereço, telefone, e-mail, bem como da impossibilidade de continuar no exercício de suas funções, responsabilizando-se pela devolução de documentos/bancos de dados e apresentando relatório à Emgea das atividades finalizadas e/ou em andamento em até 72 horas;
- k) Indenizar a Emgea por todo e qualquer dano ou prejuízo decorrente de ação dolosa ou culposa de seus empregados, prepostos ou mandatários, relativamente aos documentos que lhe forem confiados para a execução do contrato, bem como a pessoas e bens;
- l) Seguir diretrizes técnicas da Emgea, bem como as disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas, a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isto se constitua restrição à independência de seus profissionais;
- m) Comunicar, por escrito à Emgea, a existência de impedimentos de ordem técnica, econômica, ética ou legal, em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a inviabilidade;
- n) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, inclusive aqueles realizados por terceiros;
- o) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo nº 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- p) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, não havendo solidariedade ou subsidiariedade da Emgea, quanto às responsabilidades assumidas pela CONTRATADA;
- q) Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução dos serviços;
- r) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Emgea ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, a sede e escritórios da empresa, bem como aos documentos relativos à execução do objeto da contratação;
- s) Paralisar, por determinação da Emgea, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- t) Submeter, previamente, por escrito, à Emgea, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações dos serviços, para análise e aprovação;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- w) Responder perante a Emgea por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais eximindo a Emgea de qualquer solidariedade ou responsabilidade, fica assegurado à Emgea o exercício do direito de regresso;
- x) Não se pronunciar, em nome da Emgea, perante órgãos da imprensa ou clientes, agentes promotores e mutuários, sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo;
- y) Ressarcir a Emgea de todas as despesas e custos financeiros que, porventura, venham a ser suportados por esta, em virtude de ações trabalhistas ingressadas em desfavor da Emgea, por empregados que venham a realizar atividades relacionadas aos serviços da CONTRATADA, mesmo que ainda não transitadas em julgado, bem como aquelas que, por força de sentença judicial, reconheçam a responsabilidade subsidiária ou solidária da Emgea por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- z) Cumprir a legislação vigente de proteção aos direitos do consumidor, especialmente o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e o Código de Defesa do Consumidor Bancário (Resolução CMN nº 3.694, de 2009);
- aa) Cumprir as normas legais e regulamentos sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, observando e adotando mecanismos previstos na Lei nº 9.613, de 1998.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Prestar informações técnicas relativas às suas atribuições institucionais e competências, tidas como relevantes para o desenvolvimento dos serviços a serem executados;
- b) Acompanhar, orientar, auxiliar, criticar, determinar ajustes e aprovar os serviços;
- c) Observar, atender e cumprir, todas as obrigações e responsabilidades advindas da execução do serviço a ser contratado, nos termos constantes do Edital e deste Termo de Referência;
- d) Analisar a amostra de pré-impressão, atestando por escrito a aprovação ou a indicação de ajustes;
- e) Acompanhar a prestação de serviços, de acordo com o contrato, podendo recusar qualquer impressão de Mala Direta, Avisos de Cobrança e/ou boleto de cobrança impressos com má qualidade ou que não estejam de acordo com as normas ou descrições;

- f) Recusar todo e qualquer serviço que estiver em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência, solicitando expressamente sua substituição;
- g) Notificar a CONTRATADA por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- h) Informar à CONTRATADA de forma tempestiva sobre eventuais alterações e/ou cancelamento da Ordem de Serviço;
- i) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- j) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - I - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA;
  - II - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
  - III - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

## 9. DO SIGILO

9.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer sistemas, documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE, aos documentos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

9.2. A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utiliza-las para fins diferentes dos previstos na contratação.

9.3. Toda informação confidencial disponível em razão da contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

- a) Término ou rompimento do contrato; ou
- b) Solicitação da CONTRATANTE.

## 10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - DE ACORDO COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

### 10.1. DEFINIÇÕES

10.1.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições:

10.1.1.1. "ANPD" - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.

10.1.1.2. "Operador" - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

10.1.1.3. "Operador" - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

10.1.1.4. "Titular" - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

10.1.1.5. "Dados Pessoais" - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.

10.1.1.6. "Tratamento" - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

10.1.1.7. "Incidente" - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

### 10.1.2. Tratamento dos dados pessoais:

10.1.2.1. As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a CONTRATANTE é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

10.1.2.2. A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da CONTRATANTE, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

10.1.2.3. A CONTRATANTE garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

10.1.2.4. A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

10.1.2.5. A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

### 10.1.3. Responsabilidade:

10.1.3.1. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.

10.1.3.2. A CONTRATADA será responsável perante a CONTRATANTE por quaisquer danos causados em decorrência de: i. violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou ii. violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a CONTRATANTE por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

10.1.3.3. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a CONTRATANTE receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.

Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.

### 10.1.4. Diligência de conformidade:

10.1.4.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

10.1.4.2. A CONTRATADA permite que a CONTRATANTE realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.

10.1.4.3. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.

### 10.1.5. Prazo e rescisão:

10.1.5.1. Após o término do contrato, a CONTRATANTE pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

10.1.5.2. Após esse período, caso a CONTRATANTE não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido

pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

10.1.5.3. Caso a CONTRATANTE requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a CONTRATANTE deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

#### 10.1.6. Disposições gerais:

10.1.6.1. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

10.1.6.2. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

10.1.6.3. Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

- I - fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- II - investigar fraudes, atividades ilícitas, spam, uso ilegal dos serviços; e/ou
- III - conforme determinado por lei ou regulação aplicável.

10.1.6.4. Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

10.1.6.5. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

10.1.6.6. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

### 11. PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. Deverá ser declarado expressamente que os preços contidos na proposta incluem todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, tais como: contratação de pessoal, impostos, taxas, demais encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

### 12. JULGAMENTO DE PROPOSTAS

12.1. O critério de julgamento será o de menor valor global e será considerada vencedora a proposta que ofertar o menor preço para os serviços, discriminados no Edital.

### 13. FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do Normativo de Licitações e Fiscalização de Contratos Administrativos, de que trata o LG.NOR 008.

13.2. O(s) representante(s) da CONTRATANTE será(ão) designado(s) por seus critérios técnicos para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, em conformidade com o Normativo de Licitações e Fiscalização de Contratos Administrativos, de que trata o LG. NOR 008.

13.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, controle e acompanhamento das Ordens de Serviço emitidas pela Emgea, bem como conferência do Relatório de Postagens emitido pela Agência Missionárias dos Correios.

### 14. DAS SANÇÕES

14.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, com erros, sem observar as normas técnicas que regem os trabalhos desta natureza ou em desacordo com o que está estabelecido no item 4, ou, ainda, com atraso injustificado, sujeitará a empresa vencedora, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com entidade sancionadora, por um prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. Na aplicação das multas, serão observados os seguintes percentuais:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da Ordem de Serviço expedida, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.3. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato.

14.4. Nos casos mencionados no item acima, a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

14.5. Aplica-se à empresa vencedora as sanções dispostas no artigo 6º, da Lei nº 12.846, de 2013, no caso de cometer as seguintes condutas:

- a) Fraudar o Contrato;
- b) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e
- c) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

14.6. A apuração da responsabilidade administrativa da empresa vencedora que possa resultar na aplicação das sanções previstas no artigo nº 6º da Lei nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, conforme os procedimentos previstos no Decreto nº 8.420, de 2015.

14.7. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.8. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

14.9. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a CONTRATADA notificada da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar defesa.

14.10. Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

14.11. A aplicação das penalidades aqui previstas não exclui o dever da CONTRATADA indenizar a Emgea por eventuais prejuízos causados em razão da prestação de serviços em desconformidade com as normas técnicas, leis ou normativos aplicáveis, assim como das disposições contidas neste Termo de Referência e no Contrato.

15. **SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. Não será admitida a subcontratação, integral ou parcial para prestação dos serviços deste Termo de Referência.

16. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa e imediata à EMGEA, para a continuidade do contrato.

17. **DO REAJUSTE**

17.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

18.1. A contratação terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, com base no artigo nº 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

19. **RESCISÃO OU FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

19.1. Além dos motivos previstos na legislação aplicável, constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) Cobrança de quaisquer valores que não tenham sido definidos pela CONTRATANTE como devidos, salvo situações caracterizadas como erro operacional;
- b) Praticar atos que possam trazer prejuízos à imagem institucional da CONTRATANTE, originados ou não, do contrato firmado;
- c) Inobservância, no exercício de suas atividades, das disposições legais;
- d) A decretação de extinção, liquidação, falência ou a instauração de insolvência civil de qualquer uma das partes.

19.2. No caso de rescisão contratual, qualquer que seja o motivo, ou finalização do contrato, a CONTRATANTE retomar todo o lote de clientes/operações, inclusive as operações negociadas com remuneração futura (parcelada). A CONTRATADA não terá direito à remuneração dos pagamentos futuros dos acordos vigentes.

19.3. Na hipótese de rescisão ou finalização do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados da data de rescisão, da finalização ou do vencimento, devolver toda a documentação que, por ventura, esteja em seu poder. Ocorrendo atraso na restituição dos documentos, a CONTRATADA responderá por quaisquer prejuízos decorrentes do atraso.

19.4. As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

20. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços prestados correrão à conta de créditos orçamentários, conforme Decreto nº 12.804, de 29/12/2025, que aprova o Programa de Dispendios Globais (PDG) das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026, conta contábil nº 419.05.16.06 - Despesas com manutenção de créditos – Pessoa Física – item orçamentário 1151 – Despesas com manutenção/ execução e outras – Crédito Imobiliário – Pessoa Física, Centro de Resultado: 03.01.04 – Créditos Imobiliários de Pessoas Físicas.

De acordo,

RUDIMAR BALÉN  
Superintendente Executivo

**ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA  
PLANILHA DE PREÇOS**

Tipo	Especificação	Quantidade (UN)	Total (ano/un)
Boletos	Auto envelopados com três dobras paralelas, microserilhas nas laterais e colagem	Até 3.350 mil unidades/mês, por demanda	80.400 mil
Mala Direta, Avisos de Cobrança	Com 2 (duas) dobras, serilha e cola. No máximo 5 modelos distintos.	Até 2.500 mil unidades/por trimestre	20 mil

**ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MODELO DE MALA DIRETA/AVISO DE COBRANÇA**

Local e data.

Prezado(a) mutuário(a),

Comunicamos a V.Sa. a aprovação pela Emgea de novos descontos para o seu contrato de financiamento habitacional.

Tratam-se de descontos bastante atrativos, incidentes sobre a dívida total do contrato.

Para fins de tomar conhecimento do desconto concedido para seu contrato, solicitamos enviar mensagem para a caixa postal atendimento@emgea.gov.br, informando o número do contrato, CPF e nome do(a) mutuário(a).

Não perca esta oportunidade para quitar seu contrato habitacional.

Atenciosamente,

Empresa Gestora de Ativos - Emgea

## COMUNICAÇÃO DE DÉBITO

Local e data.

Prezado(a) Senhor(a)  
(NOME DO MUTUÁRIO),

Notamos que consta em nosso sistema que as parcelas ( nº de prestações em aberto ) do contrato habitacional nº (número do contrato), de sua titularidade, firmado com a Caixa Econômica Federal e cedido a esta Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, encontram-se em aberto.

Assim, solicitamos que entre em contato com a nossa Central de Atendimento pelo telefone 0800717-7742, para a regularização dos pagamentos em aberto e posterior emissão do Termo de Quitação.

Caso, V.Sª. já tenha regularizado os débitos, favor desconsiderar esta mensagem.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

## COMUNICAÇÃO DE DÉBITO

Local e data.

Prezado(a) Senhor(a)  
xxxxxxxxxx

Consta em nosso sistema pendência financeira referente prestações em atraso do contrato habitacional nº x.xxxx.xxxx.xxx, de sua titularidade, no montante de R\$xxxx, posição 30.9.2020.

Para quitação do débito em atraso, a EMGEA - Empresa Gestora de Ativos, oferece a possibilidade de pagamento com isenção dos juros moratórios e remuneratórios para fins de adimplência do crédito.

Solicitamos contatar a Central de Atendimento desta empresa por meio do 0800.717.7742 para demais informações.

Caso V.Sa. já tenha regularizado o débito, favor desconsiderar esta mensagem.

Atenciosamente,

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

## NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ao  
XXXXXXXXXXXX ( Nome do Mutuário)  
XXXXXXXXXXXX (CPF)  
XXXXXXXXXXXX( Endereço)  
XXXXXXXXXXXX ( CEP)

Local e data.

A EMGEA, Empresa Gestora de Ativos S.A, empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, consoante autorização constante da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, e da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 e inscrita no CNPJ 04.527.335/0001-13, com sede no Edifício São Marcus, Setor Bancário Sul, 1ª Subloja, em Brasília/DF, vem notificar extrajudicialmente Vossa Senhoria, na forma contratual, o vencimento antecipado da dívida do contrato de financiamento habitacional nº xxx.xxx.xxx-x e consequente cancelamento do seguro habitacional vinculado ao contrato.

Diante disso, doravante, a negociação da dívida do contrato será realizada por esta empresa, pelos telefones (xx) xxxx xxxx ou xxxx xxxx.( fones do PA)

Caso o referido débito tenha sido quitado, favor desconsiderar essa notificação.

Atenciosamente,



## EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A

## COMUNICAÇÃO TERMO DE QUITAÇÃO

Ao Senhor (a)

XXXXXXXXXX




Comunicamos que nesta data foi quitada a dívida do contrato XXXXXX de sua titularidade em virtude de acordo firmado entre a Empresa Gestora de Ativos – Emgea e o Governo do Estado de Pernambuco.

Desta forma, solicitamos o seu comparecimento a Perpart – Pernambuco Participações para adoção das providencias de emissão da lavratura de escritura definitiva

Atenciosamente,

Empresa Gestora de Ativos

ANEXO III – DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MODELO DE BOLETO

		001-9		00190.00009 03258.552003 05230.722174 1 13820002737375	
Local de pagamento Pagável em qualquer agência bancária.					Vencimento 11/03/2026
Beneficiário EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS				CPF/CNPJ 04.527.335/0001-13	
Data do documento 09/03/2026	Nr. Documento 000000000000	Espécie DOC DS	Aceite N	Data do processamento 09/03/2026	Nosso Número 32585520005230722
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 27.373,75
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: 					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimento
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO/CIDADE/UF/CEP: 					

Ficha de Compensação  
Autenticação no verso



se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão e postagem de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, POR DEMANDA, em folha A4, na cor preto e branco, no total de até 100.400 (cem mil e quatrocentas) unidades, no período de 2 (dois) anos, contendo dados de endereço de remetente e destinatário, com número de até 5 (cinco) mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, e postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos – Emgea, conforme condições, especificações e exigências do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2026 e seus anexos.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A execução dos serviços contratados compreende a impressão de texto, mala direta/aviso de cobrança (2.500 dois mil e quinhentos por trimestre) e boletos (3.350 mil unidades mês), por demanda, no período de 2 (dois) anos, no total de até 100.400 mil unidades, com número de até 5 mil caracteres e dados variados, envelopado com serrilha e cola, em folha A4 e impressão na cor preto e branco, bem como a postagem nas agências dos correios com ônus desta empresa, para atender às necessidades da Empresa Gestora de Ativos EMGEA com impressão e postagem de mala direta e boletos.

2.2. O fornecimento do serviço deve guardar total aderência ao Manual de Identidade Visual da Emgea, obedecendo aos padrões referentes às cores de fundo, ao uso da logomarca, seu tamanho e proporção, e aos tipos de letras, dentre outros.

2.3. A CONTRATANTE encaminhará, por e-mail à CONTRATADA, juntamente com a ordem de serviço, o modelo da Mala Direta, Avisos de Cobrança e dos Boletos, conforme sua necessidade, e adequada ao teor da notificação (informações variáveis).

2.3.1. O desenvolvimento e produção dos “textos” serão disponibilizados por e-mail à empresa vencedora em conjunto com a ordem de serviço, tendo como parâmetro os modelos, anexos II e III, do presente contrato.

2.3.2. A impressão dos boletos deverá ser concluída no prazo de 7 (sete) dias úteis.

2.3.3. Os códigos de barras constantes dos boletos deverão ser impressos a laser no padrão FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

2.3.4. Os boletos deverão ser auto envelopados com três dobras paralelas, micro-serrilhas nas laterais e colagem.

2.3.5. O processamento/triagem dos documentos deverá obedecer aos padrões e exigências de postagem da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, mediante blocagem dos objetos obedecendo ordem crescente de CEP's.

2.4. A CONTRATADA terá o prazo de 2(dois) dias úteis, após o recebimento do modelo e ordem de serviço, para apresentar o modelo finalizado da Mala Direta, Avisos de Cobrança e do Boleto à CONTRATANTE, que terá 1(um) dia útil para aprová-lo e autorizar expressamente, notificando a CONTRATADA por e-mail.

2.5. Após aprovada e autorizada, a CONTRATADA fará a impressão das correspondências de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, conforme especificações contidas no presente contrato, e terá o prazo máximo de 10 (dias) corridos, a contar da autorização expressa da CONTRATANTE, para que estas sejam postadas nas agências dos correios, com ônus pela Emgea.

2.5.1. Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos - Deverão ser adotados para a impressão de Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos, a seguir especificada, o papel sulfite, em formato A4, tinta nas cores preto e branca, envelopado com serrilha e cola, conforme descrição a seguir;

2.5.2. Entrega - As impressões deverão ser postadas nas agências dos Correios, com ônus pela Emgea, no horário de funcionamento das 9h às 17h, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, úteis, a contar da aprovação e autorização expressa da CONTRATANTE;

2.5.3. Vício/Correção e Substituição - Após conclusão da fase de impressão e postagem, a conformidade com as especificações constantes no presente contrato.

2.5.3.1. Provisória: mediante apresentação de comprovante de postagem emitido pelos Correios.

2.5.3.2. Definitiva: no prazo de 30 (trinta) dias contados da postagem, para constatação de evidências que permitam atestar a compatibilidade com as especificações descritas no contrato e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

2.5.4. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA ficará responsável pela entrega dos impressos nas agências dos correios, com ônus de postagem pela Emgea.

2.5.5. A CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para verificar a existência de inconformidades no serviço prestado pela CONTRATADA;

2.6. A CONTRATANTE notificará imediatamente a CONTRATADA da existência de inconformidades nos serviços, por e-mail, e esta deverá corrigi-los no prazo máximo de até 4 (quatro) dias úteis, incluindo neste o da entrega nas agências dos correios, com sede na cidade de sitio da CONTRATADA.

2.7. A empresa vencedora deverá informar à Emgea, o modelo de suas impressoras, para fins de padronização da Mala Direta, Avisos de Cobrança e Boletos a serem impressos na folha em formato A4, em preto e branco, a saber: margens, parágrafos e dobras.

2.7.1. O objeto contratado deverá ser postado nas agências dos correios, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da aprovação e da autorização expressa da CONTRATANTE, conforme descrito no item 2.5 deste Contrato.

2.7.2. Todos os direitos autorais envolvidos na produção de todo o material serão transferidos à Emgea, que deles poderá usar e dispor da forma que entender pertinente, conforme especificado neste contrato.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA

3.1. O objeto contratado deverá ser postado nas agências dos correios da cidade de origem da CONTRATADA, em até 10 (dias) dias úteis, a contar da autorização expressa da CONTRATADA, notificando-a por e-mail.

3.2. O material porventura fornecido com vícios ou defeitos, em virtude da ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, ou de qualidade inferior, deverá ser substituído, sob exclusiva e integral responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a Emgea.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA QUANTIDADE

4.1. As quantidades estimadas não implicam em obrigatoriedade de contratação pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, constituindo-se apenas em referência para a execução do projeto, não assegurando à CONTRATADA qualquer direito à demanda mínima.

4.2. Os quantitativos foram estimados pela CONTRATANTE com base no histórico de serviços realizados no período de 2021 a 2025, bem como na previsão de demandas futuras, sendo classificados de acordo com os valores operacionais dos contratos e das respectivas carteiras.

Tipo	Especificação	Quantidade (UN)	Total (ano/un)
Boletos	Auto envelopados com três dobras paralelas, micro-serrilhas nas laterais e colagem.	Até 3.350 mil unidades/mês, por demanda	80.400 mil
Mala Direta, Avisos de Cobrança	Com 2 (duas) dobras, serrilha e cola. No máximo 5 modelos distintos.	Até 2.500 mil unidades/por trimestre	20 mil

4.3. Pela prestação de serviços a CONTRATANTE remunerará a CONTRATADA por Ordem de Serviço emitida, de acordo com o valor do serviço expresso na Tabela de Prestação de Serviços – Custos Estimados acima, considerando os valores propostos pela CONTRATADA na sua Proposta Econômica.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, com base no artigo nº 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O valor do presente Contrato é de até R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), com valor mensal estimado de até R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

6.2. Serão pagos apenas os serviços de fato solicitados pela Emgea e prestados pela CONTRATADA.

6.3. As descrições dos serviços com valores unitários e totais constam quadro abaixo:

Item	Especificação	Tipo	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Auto envelopados com 3 (três) dobras paralelas, microserilhas nas laterais e colagem.	Boletos	Até 3.350 mil unidades/mês 80.400 mil/ano	xxxxx	xxxxxxx
2	Com 2 (duas) dobras, serilha e cola. No máximo 5 modelos distintos.	Mala Direta, Avisos de Cobrança	Até 2.500 mil unidades trimestre 20 mil/ano	xxxxx	xxxxxxx

6.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, que aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026, e estão distribuídos da seguinte forma:

Classificação Contábil e Orçamentária	
Decreto	Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, que aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2026.
Rubrica Orçamentária	Não consta no TR
Item Orçamentário	1151 – Despesas com manutenção/ execução e outras – Crédito Imobiliário
Conta Contábil	419.05.16.06 - Despesas com manutenção de créditos – Pessoa Física
Centro de Resultado	03.01.04 – Créditos Imobiliários de Pessoas Físicas

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos serviços será realizado considerando as Ordens de Serviço emitidas pela Emgea no período de referência e a realização dos serviços no prazo e modo estabelecidos neste contrato.

8.2. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação de serviços.

8.3. O pagamento será efetuado pela Emgea, até o 8º (oitavo) dia útil da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa da RFB nº 1.540, de 06/01/2015, publicada no Diário Oficial na mesma data.

8.4. Para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS deverá ser observada a legislação vigente do local da prestação dos serviços.

8.5. Para atendimento do Ajuste SINIEF nº 07, de 2007, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a CONTRATADA envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gesup@emgea.gov.br.

8.6. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/07 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (cláusula décima), por ocasião da assinatura do Contrato deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à Emgea informando essa condição.

8.7. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

8.8. A fatura emitida com erro será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

8.9. Nenhum pagamento será realizado pela Contratante sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da empresa vencedora.

8.10. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a Contratante deverá advertir, por escrito, a empresa vencedora para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. (Instrução Normativa MP nº 3, de 26/4/2018 e alterações).

8.11. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na CONTRATANTE e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

8.13. A CONTRATANTE reserva o direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes deste contrato.

8.14. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05/01/2015, publicada no Diário Oficial de 06/01/2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

#### 9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, da alocação dos recursos necessários e dos produtos entregues em conformidade com o esperado e dentro do estabelecido em níveis mínimos de serviço.

10.2. O representante da CONTRATANTE será designado por seus critérios técnicos para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.3. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, em conformidade com o Normativo de Licitações e Fiscalização de Contratos Administrativos, de que trata o LG. NOR 008.05#P;

10.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato, anexos e termos integrantes.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Indicar um representante responsável pelo Contrato.

- 11.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação que ensejaram sua contratação.
- 11.3. **São obrigações da CONTRATADA:**
- 11.3.1. Executar os serviços com zelo e em conformidade com a legislação aplicável, com as normas técnicas;
- 11.3.2. Executar os serviços em conformidade com o presente contrato, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 11.3.3. Manter sigilo das informações durante a execução de seu trabalho, proibida a sua divulgação, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo;
- 11.3.4. Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação;
- 11.3.5. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas dos seus empregados e outros que venha a contratar para o cumprimento de suas atribuições;
- 11.3.6. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução dos serviços;
- 11.3.7. Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar, acompanhar, controlar, avaliar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não atenda às exigências que lhe forem solicitadas por escrito;
- 11.3.8. Se responsabilizar pela exatidão dos serviços executados, se obrigando a reparar, às suas expensas, dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades que venham comprometer a boa qualidade dos serviços prestados;
- 11.3.9. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 11.3.10. Comunicar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetivação da ocorrência, quaisquer alterações cadastrais da empresa, tais como: endereço, telefone, e-mail, bem como da impossibilidade de continuar no exercício de suas funções, responsabilizando-se pela devolução de documentos/bancos de dados e apresentando relatório à Emgea das atividades finalizadas e/ou em andamento em até 72 horas;
- 11.3.11. Indenizar a Emgea por todo e qualquer dano ou prejuízo decorrente de ação dolosa ou culposa de seus empregados, prepostos ou mandatários, relativamente aos documentos que lhe forem confiados para a execução do contrato, bem como a pessoas e bens;
- 11.3.12. Seguir diretrizes técnicas da Emgea, bem como as disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas, a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isto se constitua restrição à independência de seus profissionais;
- 11.3.13. Comunicar, por escrito à Emgea, a existência de impedimentos de ordem técnica, econômica, ética ou legal, em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a inviabilidade;
- 11.3.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, inclusive aqueles realizados por terceiros;
- 11.3.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo nº 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.3.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, não havendo solidariedade ou subsidiariedade da Emgea, quanto às responsabilidades assumidas pela CONTRATADA;
- 11.3.17. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução dos serviços;
- 11.3.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Emgea ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, a sede e escritórios da empresa, bem como aos documentos relativos à execução do objeto da contratação;
- 11.3.19. Paralisar, por determinação da Emgea, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.3.20. Submeter, previamente, por escrito, à Emgea, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações dos serviços, para análise e aprovação;
- 11.3.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.3.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 11.3.23. Responder perante a Emgea por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais eximindo a Emgea de qualquer solidariedade ou responsabilidade, fica assegurado à Emgea o exercício do direito de regresso;
- 11.3.24. Não se pronunciar, em nome da Emgea, perante órgãos da imprensa ou clientes, agentes promotores e mutuários, sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo;
- 11.3.25. Ressarcir a Emgea de todas as despesas e custos financeiros que, porventura, venham a ser suportados por esta, em virtude de ações trabalhistas ingressadas em desfavor da Emgea, por empregados que venham a realizar atividades relacionadas aos serviços da CONTRATADA, mesmo que ainda não transitadas em julgado, bem como aquelas que, por força de sentença judicial, reconheçam a responsabilidade subsidiária ou solidária da Emgea por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- 11.3.26. Cumprir a legislação vigente de proteção aos direitos do consumidor, especialmente o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e o Código de Defesa do Consumidor Bancário (Resolução CMN nº 3.694, de 2009);
- 11.3.27. Cumprir as normas legais e regulamentos sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, observando e adotando mecanismos previstos na Lei nº 9.613, de 1998.
- 11.4. A CONTRATADA deverá respeitar rigorosamente o dever de sigilo.
- 11.5. Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de empregados especialmente designados.
- 12.2. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos empregados da Emgea, credenciados a abrir chamados técnicos e acompanhar a prestação do serviço objeto deste Contrato.
- 12.3. **São obrigações da CONTRATANTE:**
- 12.3.1. Prestar informações técnicas relativas às suas atribuições institucionais e competências, tidas como relevantes para o desenvolvimento dos serviços a serem executados;
- 12.3.2. Acompanhar, orientar, auxiliar, criticar, determinar ajustes e aprovar os serviços;
- 12.3.3. Observar, atender e cumprir, todas as obrigações e responsabilidades advindas da execução do serviço a ser contratado, nos termos constantes deste contrato;
- 12.3.4. Analisar a amostra de pré-impressão, atestando por escrito a aprovação ou a indicação de ajustes;
- 12.3.5. Acompanhar a prestação de serviços, de acordo com o contrato, podendo recusar qualquer impressão de Mala Direta, Avisos de Cobrança e/ou boleto de cobrança impressos com má qualidade ou que não estejam de acordo com as normas ou descrições;
- 12.3.6. Recusar todo e qualquer serviço que estiver em desacordo com as especificações definidas neste contrato, solicitando expressamente sua substituição;
- 12.3.7. Notificar a CONTRATADA por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 12.3.8. Informar à CONTRATADA de forma tempestiva sobre eventuais alterações e/ou cancelamento da Ordem de Serviço;
- 12.3.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e os prazos estabelecidos neste contrato;

- 12.3.10. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 12.3.11. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA;
- 12.3.12. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 12.3.13. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

**13.1. DEFINIÇÕES**

13.1.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições:

13.1.1.1. “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.

13.1.1.2. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

13.1.1.3. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

13.1.1.4. “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

13.1.1.5. “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.

13.1.1.6. “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

13.1.1.7. “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**13.1.2. Tratamento dos dados pessoais:**

13.1.2.1. As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a CONTRATANTE é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

13.1.2.2. A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da CONTRATANTE, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

13.1.2.3. A CONTRATANTE garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

13.1.2.4. A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

13.1.2.5. A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

**13.1.3. Responsabilidade:**

13.1.3.1. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.

13.1.3.2. A CONTRATADA será responsável perante a CONTRATANTE por quaisquer danos causados em decorrência de: i. violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou ii. violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a CONTRATANTE por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

13.1.3.3. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a CONTRATANTE receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.

Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.

**13.1.4. Diligência de conformidade:**

13.1.4.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

13.1.4.2. A CONTRATADA permite que a CONTRATANTE realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.

13.1.4.3. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.

**13.1.5. Prazo e rescisão:**

13.1.5.1. Após o término do contrato, a CONTRATANTE pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

13.1.5.2. Após esse período, caso a CONTRATANTE não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

13.1.5.3. Caso a CONTRATANTE requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a CONTRATANTE deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

**13.1.6. Disposições gerais:**

13.1.6.1. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

13.1.6.2. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

13.1.6.3. Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

- I - fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- II - investigar fraudes, atividades ilícitas, spam, uso ilegal dos serviços; e/ou
- III - conforme determinado por lei ou regulação aplicável.

13.1.6.4. Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

13.1.6.5. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

13.1.6.6. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:

14.2. A inexecução total ou parcial dos serviços, bem como sua execução irregular, com erros, em desacordo com as normas técnicas aplicáveis, com o disposto nos itens 8.3 e 8.4 deste instrumento, ou ainda o atraso injustificado, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurados o contraditório e a ampla defesa, à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

14.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emgea, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

14.3. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

14.3.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor da Ordem de Serviço expedida, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.3.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e

14.3.3. 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.4. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato.

14.5. Nos casos mencionados no item acima, a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

14.6. Aplica-se à empresa vencedora as sanções dispostas no artigo 6º, da Lei nº 12.846, de 2013, no caso de cometer as seguintes condutas:

14.6.1. Fraudar o Contrato;

14.6.2. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e

14.6.3. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

14.7. A apuração da responsabilidade administrativa da empresa vencedora que possa resultar na aplicação das sanções previstas no artigo nº 6º da Lei nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, conforme os procedimentos previstos no Decreto nº 8.420, de 2015.

14.8. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.9. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

14.10. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a CONTRATADA notificada da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar defesa.

14.11. Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

14.12. A aplicação das penalidades aqui previstas não exclui o dever da CONTRATADA indenizar a Emgea por eventuais prejuízos causados em razão da prestação de serviços em desconformidade com as normas técnicas, leis ou normativos aplicáveis, assim como das disposições contidas neste contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. Além dos motivos previstos na legislação aplicável, constituem motivo para rescisão do contrato:

15.1.1. Cobrança de quaisquer valores que não tenham sido definidos pela CONTRATANTE como devidos, salvo situações caracterizadas como erro operacional;

15.1.2. Praticar atos que possam trazer prejuízos à imagem institucional da CONTRATANTE, originados ou não, do contrato firmado;

15.1.3. Inobservância, no exercício de suas atividades, das disposições legais;

15.1.4. A decretação de extinção, liquidação, falência ou a instauração de insolvência civil de qualquer uma das partes.

15.2. No caso de rescisão contratual, qualquer que seja o motivo, ou finalização do contrato, a CONTRATANTE retomará todo o lote de clientes/operações, inclusive as operações negociadas com remuneração futura (parcelada). A CONTRATADA não terá direito à remuneração dos pagamentos futuros dos acordos vigentes.

15.3. Na hipótese de rescisão ou finalização do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados da data de rescisão, da finalização ou do vencimento, devolver toda a documentação que, por ventura, esteja em seu poder. Ocorrendo atraso na restituição dos documentos, a CONTRATADA responderá por quaisquer prejuízos decorrentes do atraso.

15.4. As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. Os processos operacionais do serviço utilizados pela CONTRATADA deverão estar em consonância com as melhores práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do impacto ambiental, quando for o caso.

16.2. A CONTRATADA deverá, preferencialmente, e em conformidade com as normas legais e regulamentares, participar e se engajar nas iniciativas e ações da Emgea, de caráter socioambiental, nas áreas vinculadas ao desenvolvimento sustentável, quando for o caso.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

17.1. Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, observados os preceitos de direito público, a supremacia do interesse público e as disposições dos Arts. 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016, mediante a celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União e/ou no Portal de Transparência da Emgea (ou Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP), como condição indispensável para sua eficácia.

17.2. Conforme previsão do artigo 81, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, este Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

17.3. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

17.4. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei;

17.5. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

17.6. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais;



- 17.7. Quando necessária a forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 17.8. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 17.9. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais.
- 17.10. A CONTRATADA de comum acordo com a CONTRATANTE, poderão nas mesmas condições contratuais, celebrar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.11. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.12. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
- 17.13. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 17.14. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- 17.15. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 17.16. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES**

- 18.1. É vedado à CONTRATADA:
- 18.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 18.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

- 19.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer sistemas, documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE, aos documentos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 19.2. A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.
- 19.3. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:
- 19.3.1. Término ou rompimento do Contrato;
- 19.3.2. Solicitação da CONTRATANTE.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO**

- 20.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos a parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, o CONTRATANTE e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz constante do Anexo I deste Contrato.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 21.1. É vedada a subcontratação para todos os serviços previstos neste termo contratual.

22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

- 22.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais aplicáveis, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

- 23.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o §2º, do artigo 51, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

- 24.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.
- 24.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, XX de XXXX de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

**ANEXO I DO CONTRATO**

**MATRIZ DE RISCO**

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE
Atraso no início da prestação de serviços objeto da contratação.	Risco de contratação	·Deixar de enviar boletos e Mala direta, ou enviá-los com atraso;	·Previsto em cláusula contratual a aplicação de multa e/ou rescisão;
Fatos que possam retardar ou impedir a empresa contratada a execução dos serviços objeto da contratação.		·Atraso na arrecadação;	·Parecer jurídico sobre a conformidade legal
Falhas no processo de licitação		·Falha na comunicação;	·Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas na Emgea;
Falha humana		·Interrupção na prestação dos serviços.	·Equipe de Licitação.
		·Enviar boletos e Mala Direta com erros de	·Previsto cláusula contratual a obrigação de i

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTRATO
Descumprimento de prazos estabelecidos na execução do serviço contratado.	Conformidade	· impressão, com consequência de encaminhar;	Emgea por prejuízos que possam causar não observância das normas aplicáveis.
Descontinuidade de prestação de serviços.	Risco de Terceiros	· Risco de imagem à Emgea; · Atraso na arrecadação.  § Perda de prazos processuais; § Falha na entrega e inadimplência da carteira; § Prejuízos à Emgea; § Atraso na arrecadação; § Autuações por parte de órgãos de controle e/ou agentes de fiscalização; § Risco de imagem à Emgea	· Previsto em cláusula contratual a aplicação de multa e/ou rescisão; · Fiscalização do contrato; · Previsto em cláusula contratual as regras para os dados pessoais.
Falha na prestação de serviços.			
Paralisação temporária das atividades de prestadores de serviços (greve, férias coletivas, defeitos em equipamentos e/ou sistemas, dentre outros).			
Falta de qualificação profissional.			
Demora do prestador de serviços no fornecimento de informações solicitadas.			
Solicitação de autorização ou pedido de ressarcimento, por parte do prestador de serviços, de despesas indevidas.			
Falha no tratamento de dados pessoais pelo prestador de serviços.			
Responsabilização da CONTRATANTE por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do CONTRATADO alocados na execução do objeto.	Risco legal	§ Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a CONTRATANTE, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	· Previsto em cláusula contratual; · Fiscalização do contrato.
Perda ou alteração de documentos ou registros que comprovam a integridade de transações (valores dos boletos e dados de Mala Direta)	Risco de segurança da Informação	· Prejuízos à Emgea; · Risco de imagem à Emgea; · Autuações por parte de órgãos de controle e/ou agentes de fiscalização; · Risco à privacidade dos dados pessoais.	· Previsto em cláusula contratual a aplicação de multa e/ou rescisão; · Fiscalização do contrato; · Previstas em cláusula contratual as regras para os dados pessoais.

## ANEXO II DO CONTRATO MODELO DE MALA DIRETA/AVISO DE COBRANÇA

Local e data.

Prezado(a) mutuário(a),

Comunicamos a V.Sa. a aprovação pela Emgea de novos descontos para o seu contrato de financiamento habitacional.

Tratam-se de descontos bastante atrativos, incidentes sobre a dívida total do contrato.

Para fins de tomar conhecimento do desconto concedido para seu contrato, solicitamos enviar mensagem para a caixa postal atendimento@emgea.gov.br, informando o número do contrato, CPF e nome do(a) mutuário(a).

Não perca esta oportunidade para quitar seu contrato habitacional.

Atenciosamente,

Empresa Gestora de Ativos - Emgea

## MODELO COMUNICAÇÃO DE DÉBITO

Local e data.

Prezado(a) Senhor(a)  
(NOME DO MUTUÁRIO),

Notamos que consta em nosso sistema que as parcelas (nº de prestações em aberto) do contrato habitacional nº (número do contrato), de sua titularidade, firmado com a Caixa Econômica Federal e cedido a esta Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, encontram-se em aberto.

Assim, solicitamos que entre em contato com a nossa Central de Atendimento pelo telefone 0800717-7742, para a regularização dos pagamentos em aberto e posterior emissão do Termo de Quitação.

Caso, V.Sª. já tenha regularizado os débitos, favor desconsiderar esta mensagem.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

## MODELO COMUNICAÇÃO DE DÉBITO

Local e data.

Prezado(a) Senhor(a)  
xxxxxxxxxx

Consta em nosso sistema pendência financeira referente prestações em atraso do contrato habitacional nº x.xxxx.xxxx.xxx, de sua titularidade, no montante de R\$xxxx, posição 30.9.2020.

Para quitação do débito em atraso, a EMGEA - Empresa Gestora de Ativos, oferece a possibilidade de pagamento com isenção dos juros moratórios e remuneratórios para fins de adimplência do crédito.

Solicitamos contatar a Central de Atendimento desta empresa por meio do 0800.717.7742 para demais informações.  
Caso V.Sa. já tenha regularizado o débito, favor desconsiderar esta mensagem.

Atenciosamente,

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

**MODELO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Ao  
XXXXXXXXXX ( Nome do Mutuário)  
XXXXXXXXXX (CPF)  
XXXXXXXXXX( Endereço)  
XXXXXXXXXX ( CEP)

Local e data.

A EMGEA, Empresa Gestora de Ativos S.A, empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, consoante autorização constante da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, e da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 e inscrita no CNPJ 04.527.335/0001-13, com sede no Edifício São Marcus, Setor Bancário Sul, 1ª Subloja, em Brasília/DF, vem notificar extrajudicialmente Vossa Senhoria, na forma contratual, o vencimento antecipado da dívida do contrato de financiamento habitacional nº xxx.xxx.xxx-x e consequente cancelamento do seguro habitacional vinculado ao contrato.

Diante disso, doravante, a negociação da dívida do contrato será realizada por esta empresa, pelos telefones (xx) xxxx xxxx ou xxxx xxxx.( fones do PA)

Caso o referido débito tenha sido quitado, favor desconsiderar essa notificação.

Atenciosamente,

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A

**MODELO COMUNICAÇÃO TERMO DE QUITAÇÃO**

Ao Senhor (a)  
XXXXXXXXXX

Comunicamos que nesta data foi quitada a dívida do contrato XXXXXX de sua titularidade em virtude de acordo firmado entre a Empresa Gestora de Ativos – Emgea e o Governo do Estado de Pernambuco.

Desta forma, solicitamos o seu comparecimento a Perpart – Pernambuco Participações para adoção das providencias de emissão da lavratura de escritura definitiva

Atenciosamente,

Empresa Gestora de Ativos

**ANEXO III DO CONTRATO  
MODELO DE BOLETO**

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9		00190.00009 03258.552003 05230.722174 1 13820002737375	
Local de pagamento <b>Pagável em qualquer agência bancária.</b>				Vencimento <b>11/03/2026</b>	
Beneficiário <b>EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS</b>			CPF/CNPJ <b>04.527.335/0001-13</b>		
Data do documento <b>09/03/2026</b>	Nr. Documento <b>00000000000</b>	Espécie DOC <b>DS</b>	Aceite <b>N</b>	Data do processamento <b>09/03/2026</b>	Nosso Número <b>32585520005230722</b>
Uso do Banco	Carteira <b>17</b>	Espécie Moeda <b>R\$</b>	Quantidade	Valor	(n) Valor do Documento <b>R\$ 27.373,75</b>
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: <div></div>					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimento
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO/CIDADE/UF/CEP: <div></div>					(n) Valor Cobrado



Ficha de Compensação  
Autenticação no verso

<b>BANCO DO BRASIL</b>		COBRANÇA BANCÁRIA		Autenticação e Validade	
001-9		00190.00009 03258.552003 05230.722174 1 13820002737375		RELAÇÃO DE PAGAMENTOS 09/03/2026 11/03/2026	
Beneficiário <b>EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS</b>		CPF/CNPJ <b>04.527.335/0001-13</b>		Nosso Número <b>32585520005230722</b>	
Data do documento <b>09/03/2026</b>	Nr. Documento <b>00000000000</b>	Espécie DOC <b>DS</b>	Aceite <b>N</b>	Data do processamento <b>09/03/2026</b>	Nosso Número <b>32585520005230722</b>
Uso do Banco	Carteira <b>17</b>	Espécie Moeda <b>R\$</b>	Quantidade	Valor	(n) Valor do Documento <b>R\$ 27.373,75</b>
TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE: <div></div>					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimento
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO/CIDADE/UF/CEP: <div></div>					(n) Valor Cobrado



Ficha de Compensação  
Autenticação no verso



Documento assinado eletronicamente por **Martvs Antonio Alves Das Chagas, Diretor**, em 21/05/2026, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://emgea.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://emgea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0183209** e o código CRC **E7968CC1**.